



DAJ - 60 anos de assistência a quem precisa

Págs. 2,3 e 4

Irany Campos recebe homenagem
na Casa de Afonso Pena

Págs. 5 e 6

Faculdade de Direito
tem novo vice-diretor

Págs. 8

Faculdade de Direito comemora 60 anos da Divisão de Assistência Jurídica

Iniciativa pioneira em Minas Gerais, a Divisão de Assistência Judiciária (DAJ) completa 60 anos de existência no dia 20 de agosto de 2018

Para marcar as seis décadas de trabalho intenso da DAJ, a Faculdade de Direito da UFMG (FDU) está preparando um evento comemorativo nos dias 8 e 9 de novembro, no Auditório Máximo Alberto Deodato. “A ideia é reunir pessoas que já passaram pela DAJ e/ou que conheçam os desafios e peculiaridades da prática jurídica no ambiente universitário”, explica Renata Guimarães Pompeu, diretora geral da divisão. Uma homenagem será feita a algumas pessoas que participaram da história do órgão.

Também neste ano de comemoração, a DAJ lançará sua revista virtual, cuja gestão embrionária foi realizada pelos professores Aziz Saliba e Felipe Martins. Atualmente, a consolidação de todo o material está sendo finalizada pela comissão do Projeto de Extensão, coordenada pela professora Mônica Sette.

Desde 20 de agosto de 1958, a DAJ está em funcionamento cumprindo duas importantes funções: capacitar alunos para o exercício da profissão e dar auxílio jurídico e judiciário à comunidade carente de Belo Horizonte. Localizada no sétimo andar do Edifício Villas-Boas e com o atendimento no andar térreo da FDU (entrada pela rua Guajajaras, nº 300), uma equipe formada por cerca de 20 estagiários, 25 advogados e 10 professores realizam orientação jurídica, advocacia preventiva na busca de soluções extrajudiciais de conflitos, além de ajuizamento e acompanhamento de ações judiciais.

O atendimento de forma gratuita no plantão é realizado de segunda a quinta, das 12h às 14h. Todas as sextas-feiras, ocorre a reunião de deferimento, quando há o encaminhamento se a DAJ irá ou não acompanhar os casos anotados durante a semana. “Atendemos uma média de 2 mil casos em um ano”, estima Renata Pompeu. A diretora conta ainda que, na maioria dos casos, as pessoas procuram a DAJ apenas para uma consultoria ou orientação especializada para resolução de problemas. “Mas há casos que precisam ser levados à Justiça. Então, os próprios alunos elaboram a peça, sob a supervisão de um advogado voluntário. Depois, o documento é encaminhado ao professor, que o avalia”, explica Renata.

As audiências podem ser acompanhadas de perto pelos estagiários que, ao participarem de todas as etapas de um processo, ganham importante bagagem profissional. “Os alunos saem da DAJ com autonomia porque aprendem a discutir os casos e a pensar em soluções. Academicamente, essa é uma experiência muito rica”. Renata ressalta ainda que o objetivo é que a DAJ seja realmente um simulador de um escritório de advocacia. Porém, a proposta é que esse escritório de advocacia se desenvolva com aptidões múltiplas para a resolução de conflitos.

Para exemplificar essa atuação diversificada da divisão vale citar o trabalho de mediação realizado em parceria com a OAB, que é coordenado pela professora



Renata Pompeu, diretora geral da DAJ

Renata Maia. No âmbito do Direito Empresarial, o projeto de extensão é coordenado pela professora Natália Chaves, que lida essencialmente com as pequenas empresas e empresários. Existem também as orientações em Direito e Processo do Trabalho conduzidas pelos professores João Alberto de Almeida e Mônica Sette. As orientações de Direito de Família são orquestradas pelo professor Humberto Barbi. Já as orientações de Processo Civil e Projeto do Diagnóstico de casos ficam por conta da professora Tereza Baracho. Por último, as orientações em Direito e Processo Penal, que são de responsabilidade dos professores Frederico Horta e Júlio Zini.

Além disso, a divisão tem parcerias formadas com a Clínica de Direitos Humanos, o programa de extensão Ciranda de Justiça Restaurativa, com o projeto de extensão REHabitare, e um acordo recen-

te de cooperação com a Escola da AGU. Mais do que proporcionar a prática aos estudantes, Renata avalia que a DAJ se tornou um meio da Faculdade de Direito devolver à sociedade todo o investimento feito na escola, por meio dos atendimentos gratuitos a quem não pode pagar pelo serviço de um advogado.

Ilustres na DAJ

Como muitos estudantes veem a DAJ como um ambiente propício para aquisição da prática jurídica, já passaram por esse projeto de extensão pessoas de renome nacional como o senador Antonio Anastasia; o ex-ministro do STJ, Arnaldo Esteves Lima; a ministra do STJ, Assusete Dumont Reis; o ministro do TST, Carlos Alberto Reis de Paula; o ex-Procurador Geral da República, Rodrigo Janot e outros tantos.

Esse último citado, destacou em visita à Casa de Afonso Pena, no dia 12 de maio de 2017, que, “mais do que aplicar o Direito, a DAJ te aproxima da vida. Então, você começa a ter uma noção clara do que é um conflito humano. E com a orientação, aprendemos a respeitar esse conflito e encaminhar a solução sem nos omitir e nem o incentivar. E essa é uma forma de atuação que eu levo até hoje na minha vida”, explica Rodrigo Janot.

O ex-Procurador Geral da República contou ainda os motivos que o levaram

“...mais do que aplicar o Direito, a DAJ te aproxima da vida. Então, você começa a ter uma noção clara do que é um conflito humano”.

Rodrigo Janot

a fazer parte da DAJ. O primeiro é o fato de ser um laboratório de forma orientada dentro da Faculdade que auxilia os alunos a aplicar o Direito na prática. E o segundo, é devido ao fato de a divisão proporcionar auxílio jurídico de qualidade aos necessitados. “Envolvido por esses dois fundamentos eu fui à DAJ, e, ainda bem que fui. Teve um caso de alimentos que me marcou. Esse tema era a maioria dos casos na época. Lembro que especificamente nesse, conseguimos conciliar o casal que entrou em acordo e voltou a viver junto”, comemora.

Grande Procura

A DAJ realiza um serviço tão importante para a sociedade que desde os seus primeiros anos de atividade já eram registrados um número alto de demandas. De acordo com levantamento histórico feito pela divisão, é possível encontrar relatos de pessoas que saíam de cidades do interior e de outros estados para serem atendidas na Faculdade de Direito da UFMG.

Paulo Repolês, vice-diretor adjunto da DAJ, realizou pesquisas no acervo e descobriu que em décadas anteriores, a divisão chegou a ter mais de cem estagiários, a maioria deles com bolsas. Somente no ano de 1971, a DAJ tinha 90 estagiários. Repolês acredita que, hoje, para atender a demanda que recebem, seria necessário um quadro de estagiários bem maior. “Acontece com relativa frequência, atualmente, de termos que suspender a anotação de casos por falta de estagiários”, destaca.

Uma solução para essa grande demanda pode estar no novo projeto “DAJ Itinerante”. De acordo com Renata Pompeu, a divisão está participando de uma seleção juntamente com a Fundação Valle Ferreira, para concorrer a um financiamento do projeto. Se aprovado, o projeto “DAJ Itinerante” poderá prestar assistência judiciária de aconselhamento e orientação, durante um ano, em locais mais distantes da região central de Belo Horizonte.



No ano de 1971, a DAJ tinha 90 estagiários para fazer os atendimentos

História

A DAJ é um dos programas de extensão mais antigos da FDU. “Acreditamos ser também um dos mais antigos entre as faculdades de Direito do país”, ressalta Renata. Originalmente denominada Departamento de Assistência Judiciária, a divisão foi fundada em agosto de 1958, por iniciativa do Centro Acadêmico Afonso Pena (CAAP) e do professor José Olympio de Castro Filho. Inicialmente, ela seguiu diretamente vinculada ao órgão de representação discente CAAP. Porém, Paulo Repolês disse que encontrou registro, em relatório de 15 fevereiro de 1960, que comprova a existência de doação orçamentária por parte da Faculdade para o órgão.

Em 1974, a DAJ passou a ser completamente vinculada à Faculdade e, por meio da Resolução nº 01/87 do Conselho Universitário, foi alçada ao status de Órgão Complementar da Faculdade de Direito da UFMG, estando, assim, diretamente subordinada à Congregação da Unidade.

De acordo com pesquisas de Repolês, a DAJ funcionou originalmente no Fórum de Belo Horizonte e posteriormente foi transferida, em 1961, para o 16º pavimento do edifício Villas-Boas (salas 1604 e 1605). Em 1966, a DAJ passou a funcionar no subsolo da Faculdade de Direito, e em 1971 passou por uma expansão, passando a funcionar no térreo do novo edifício da Faculdade.



Professor José Olympio de Castro Filho, fundador da DAJ



Os atendimentos na DAJ são feitos de forma gratuita para pessoas carentes

Como fazer parte da DAJ?

A seleção para estagiários na DAJ é semestral e consiste na realização de provas escritas e de caráter eliminatório de Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal e Processual Penal, seguidas por uma entrevista para análise de perfil, disposição e interesse do candidato. Paulo Repolês explica que, na maioria das vezes, os editais não trazem um número definido de vagas, estando aptos a tomar posse todos aqueles que se classifiquem de acordo com os critérios definidos. Entretanto, por meio de edital interno, os estagiários são classificados para bolsas, sendo dada prioridade àqueles assistidos pela Fundação Mendes Pimentel. Já os professores, se associam a DAJ por iniciativa própria ou indicação do departamento.

Um homem de coragem, luta e fé

O ex-aluno da Faculdade de Direito da UFMG no tempo da Ditadura Militar, Irany Campos, recebeu homenagem da direção da instituição e de seus colegas



Tortura, prisão e exílio político. Esses são alguns dos episódios que merecem destaque ao fazer referência à vida de Irany Campos. Devido a sua experiência e a história de luta pela democracia, na época do Golpe Militar, a Faculdade de Direito, por meio do projeto Direito à Prosa, Verso e Literatura, homenageou o ex-aluno da instituição com uma placa simbólica no dia 28 de junho de 2018.

O evento, que integrou as comemorações de 125 anos da instituição, teve como finalidade o resgate da memória de um momento histórico importante para o Brasil. Dessa forma, foi realizado no auditório Alberto Deodato um bate-

-papo com Irany, que além de ser homenageado proferiu seus causos envolvendo a todos. Na ocasião, houve ainda apresentação do Coral da Faculdade de Direito, que iniciou suas atividades no começo do primeiro semestre deste ano. Na composição da mesa estiveram presentes o professor Hermes Guerrero, representando a direção da Casa de Afonso Pena; a jornalista Neide Dantas e Márcio Flávio dos Reis (Assufemg), representando as entidades de classe dos servidores técnico-administrativos; o professor e amigo do homenageado, Antônio Maria Claret e o professor Wellington Marçal de Carvalho.

O professor Hermes Guerrero começou a cerimônia agradecendo a todos presentes e parabenizando a iniciativa, que abre as portas da Faculdade de Direito para o público externo. “A universidade pública é muito mais pública quando se abre para a comunidade, especialmente para as pessoas que pagam pela sua existência”, destaca. Em seguida, ele disse que a instituição tem uma longa e rica história, que foi construída pelas pessoas que passaram por ela, como é o caso do homenageado. “Irany Campos não é importante apenas para a história da Faculdade de Direito, mas para a história de Minas e do Brasil. Ele tem

muito a nos dizer, mostrar e sinalizar”, finaliza Guerrero.

Ex-aluno da faculdade no período da ditadura, Irany Campos graduou-se bacharel em direito em 1990. Durante as décadas de 1980 e 1990 foi servidor da Escola de Medicina e outras unidades da UFMG. Iniciou sua atuação política em 1958, quando começou a trabalhar na Faculdade de Medicina da UFMG, momento no qual passou a ter contato com o grupo Juventude Operária Católica. Em seguida, ingressou na Política Operária. Em 1968 aderiu ao Comando de Libertação Nacional. Participou da União dos Servidores pela Faculdade de Medicina, perseguida na época pelo regime militar, mais especificamente pelo DOPS.

Dentre as experiências marcantes de Irany está a exoneração do serviço público por perseguição política, tendo sido reintegrado ao cargo posteriormente por ação judicial. Ele foi preso, torturado e ficou exilado por 10 anos. É também um sobrevivente de um grave acidente de ônibus em 1969. Parte de sua importante história está registrada no Relató-

rio Final da Comissão da Verdade MG (2017), bem como em várias publicações literárias e do jornalismo investigativo do período do regime militar.

Sua capacidade de resiliência desenvolvida ao longo da vida, nos revela hoje um homem de fé que procura manter a “mente arejada”, como ele mesmo costuma dizer. “Se não fosse a minha dedicação pelas lutas e pelo povo eu não estaria tendo essa homenagem. E digo, em verdade, que qualquer sofrimento que passei na vida está totalmente perdoado por essa homenagem linda que estou recebendo”, enfatiza.

Com toda a humildade e simplicidade que lhe é característica, Irany dedicou a homenagem recebida aos companheiros de luta. “Dedico àqueles que iniciaram comigo essa luta, como o aluno desta casa, José Carlos da Mata Machado e tantos outros que caminharam comigo. Em especial, dedico a um grande companheiro, que foi trucidado, o sargento João Lucas Alves. O exemplo que ele me deu de luta, permitiu-me chegar aos 81 anos e quero viver mais 20, pelo menos,

para poder honrar todo o sacrifício dele. Ele se sacrificou por todos nós, pelo povo brasileiro”, destaca.

Entre as histórias contadas, Irany relembrou o absurdo de ter servido de cobaia para um treinamento de tortura para sargentos das Força Armadas do Rio de Janeiro. “Eles fizeram tanta barbaridade que uns seis sargentos passaram mal nessa ‘aula’ de tortura”, explica.

Mesmo com todo o sofrimento que viveu no Brasil, Irany não queria ficar longe do país. E, quando o governo brasileiro sancionou a Lei da Anistia em 1979, foi um dos primeiros exilados a voltar para o Brasil. “Eu preferia ficar na cadeia do que ficar no exterior”, comenta Irany. Para finalizar o bate-papo, ele alerta: “O Brasil está passando por uma das fases mais difíceis. Eu tenho dúvida se teremos eleições em outubro. Então, é preciso que todos estejam preparados e atentos, pois não sabemos o que pode acontecer. Vamos em frente e a luta continua! Temos que continuar lutando pela liberdade e pela democracia. Ainda me considero um revolucionário e pretendo morrer sendo”.



Entrega da placa de homenagem para Irany Campos na Faculdade de Direito

Reflexões sobre o acesso à Justiça

Previsto na Constituição Federal, o acesso à Justiça ainda está longe de ser um direito plenamente garantido à população brasileira. Os desdobramentos desse problema é o tema central da obra *Reflexões acerca do acesso à Justiça pela via dos Direitos*, que reúne artigos de 16 pesquisadores da Faculdade de Direito da UFMG. Por oito meses, Adriana Goulart de Sena Orsini, professora da instituição, juntamente com Lucélia de Sena Alves, das faculdades Promove e Kennedy de Minas Gerais, trabalharam na organização e publicação do livro. Mais do que discutir as dificuldades do acesso à Justiça, a professora Adriana afirma que o livro também apresenta importantes questionamentos sobre os gargalos do próprio sistema jurisdicional brasileiro. Fica a dica!

Unindo o Direito à Tecnologia

O estudante do 8º período da FDU, Carlos Eduardo Rabelo Mourão, de 21 anos, venceu um disputado processo seletivo da Massachusetts Institute of Technology e, agora, está participando do MIT Innovation & Entrepreneurship Bootcamp. Kadu, como gosta de ser chamado, precisava de US\$ 6 mil (cerca de R\$ 23 mil) para financiar sua participação no projeto. Sua missão não era das mais fáceis, mas com dedicação e persistência, Kadu conseguiu levantar 92% do dinheiro, graças à campanha realizada no ambiente acadêmico e pela internet. Durante uma semana, de 28 de julho a 4 de agosto, o aluno de Direito da UFMG estará em contato com estudantes de diversos países, além dos melhores professores do mundo. O objetivo de Kadu é aliar conhecimentos do direito à tecnologia, na tentativa de criar soluções para velhos problemas do mundo jurídico, como o congestionamento dos processos no judiciário ou a dificuldade das pessoas de baixa renda terem acesso à Justiça.

Já conhece o programa Cidade e Alteridade?

O Cidade e Alteridade é um programa interdisciplinar e interinstitucional de ensino, pesquisa e extensão, criado em 2012, na Faculdade de Direito da UFMG, voltado para a efetivação do direito à cidade. O programa oferece subsídios para uma compreensão mais ampla sobre a convivência multicultural e a justiça urbana, com o objetivo de reforçar o diálogo entre pesquisadores de diversas áreas do conhecimento e que estudam a cidade e as pessoas e os grupos que nela vivem. A atuação do programa envolve múltiplas linhas de pesquisa e atuação, como: Cultura de rua; Trabalho de rua; Comunidades tradicionais; Mobilização e organização social; Assentamentos e reassentamentos urbanos; Ocupações Urbanas; Impactos sociais da mineração. Podem participar os discentes dos cursos de Direito, Sociologia, Antropologia e Psicologia. Fique ligado aos editais de convocação dos participantes! O e-mail de contato é: contato@cidadeealteridade.com.br

Faculdade de Direito tem novo vice-diretor

O professor João Alberto de Almeida é o novo vice-diretor da Faculdade de Direito da UFMG

Com votação pelo Conselho Universitário, o professor João Alberto de Almeida foi escolhido para assumir o cargo de vice-diretor da Faculdade de Direito da UFMG. A mudança ocorreu porque o então vice, o professor Aziz Saliba, passou a comandar a Diretoria de Relações Internacionais da UFMG. João Alberto de Almeida, um dos nomes mais antigos da congregação, foi designado para o cargo até as próximas eleições, que acontecerão no segundo semestre de 2018. Mestre em Direito Civil, doutor em Direito Constitucional e professor associado da UFMG, João Alberto também é juiz do trabalho e já atuou como procurador do Estado de Minas Gerais, como diretor e orientador forense da Divisão de Assistência Judiciária (DAJ), bem como advogado. O jornal O Sino do Samuel conversou com ele sobre os desafios que o novo cargo exige. Confira a entrevista!

O Sino do Samuel: O senhor já sabia que seria cotado para a função? Como foi o processo de escolha?

João Alberto: Como a eleição para a direção da instituição está próxima (será realizada em novembro de 2018), a Con-

gregação optou por não fazer nova eleição para o cargo de vice-diretor. Sendo assim, foi votado que assumisse, durante esse curto período, o integrante que tivesse mais tempo de casa. A primeira opção foi a professora Misabel Derzi. Por motivos pessoais ela declinou o convite. Então, meu nome surgiu como opção e o diretor Fernando Jayme me fez o convite para ajudá-lo até o final do mandato. Em seguida, a sugestão foi aprovada pelo Conselho Universitário e pela reitora da UFMG, que fez a nomeação.

SS: Quais são os principais desafios dessa nova função?

JA: A Faculdade de Direito é uma instituição muito grande, pois existem quase três mil alunos. Devido a esse tamanho surgem problemas de todas as ordens, que temos que resolver diariamente. Quanto ao desafio de assumir esse cargo, eu penso que é uma prestação de serviço para a toda comunidade. Por isso, eu aceitei o cargo temporário, para ajudar a organizar a casa e nada além disso. E, também não posso deixar de dizer que é uma experiência que a gente adquire. Acredito que estamos sempre aprendendo.

SS: Quais são as diretrizes dessa nova gestão?

AJ: Devido a esse período curto não haverá nenhuma mudança na gestão. A minha função aqui é meramente dar prosseguimento a todas as atividades que já estão sendo desenvolvidas e implantadas. Destaco que a atual gestão tem contribuído para a Faculdade ter alcançado o patamar mais alto das escolas de Direito do país. Também ressalto o ambiente de tranquilidade que permite a todos desenvolverem as suas atividades com calma e excelência. Além disso, existe outra grande contribuição que é a restauração das relações da Faculdade de Direito com a reitoria da UFMG, pois diziam que a Faculdade de Direito vivia muito afastada do campus. Então, essa gestão veio para fazer essa reaproximação muito boa.

EXPEDIENTE

Informativo digital da Faculdade de Direito da UFMG. **Diretor da Faculdade de Direito:** professor Fernando Gonzaga Jayme - **Fundador deste jornal:** professor Aloízio Gonzaga de Araújo Andrade - **Jornalista responsável:** Marli Assis - **Diagramação:** Daniel Almeida - Hipotálamo Design - **Produções editorial e gráfica:** Mombak Comunicação Estratégica - marli@mombakcomunicacao.com.br / (31) 99977- 0129